

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
TDC Distribuidora de Combustíveis S/A
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TDC Distribuidora de Combustíveis S/A ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TDC Distribuidora de Combustíveis S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém transações relevantes com partes relacionadas em condições estabelecidas entre elas. Os resultados dessas transações poderiam ser diferentes, caso tivessem sido efetuadas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

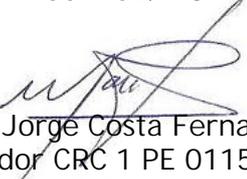


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de março de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8



Mário Jorge Costa Fernandes
Contador CRC 1 PE 011500/O-6

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita líquida de vendas e serviços	19	5.479.188	6.281.960
(-) Custo dos produtos vendidos	20	(5.399.060)	(6.143.813)
(=) Lucro bruto		80.128	138.147
Receitas/despesas operacionais		(63.476)	(101.758)
Despesas gerais e administrativas	20	(103.050)	(115.976)
Outras receitas/despesas operacionais	20	46.499	20.182
Despesa com depreciação e amortização	20	(6.925)	(5.964)
(=) Lucro antes dos efeitos financeiros		16.652	36.389
Receitas financeiras	20	9.277	30.019
Despesas financeiras	20	(21.195)	(32.680)
Variação cambial líquida	20	(14.308)	(8.921)
(=) Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias		(9.574)	24.807
(-) Imposto de Renda	21	-	(2.106)
(-) Contribuição Social	21	-	3.551
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(9.574)	26.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.574)	26.252
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(9.574)</u>	<u>26.252</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	28.000	4.829	-	-	32.829
Lucro líquido do exercício	-	-	-	26.252	26.252
Constituição de reserva legal	-	771	-	(771)	-
Constituição de Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (nota 19.3)	-	-	-	(6.370)	(6.370)
Constituição de reserva de lucros a realizar	-	-	19.111	(19.111)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	28.000	5.600	19.111	-	52.711
Prejuízo do exercício	-	-	-	(9.574)	(9.574)
Realização de reserva de lucros para absorção do prejuízo do exercício	-	-	(9.574)	9.574	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	28.000	5.600	9.537	-	43.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

TDC DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(9.574)	26.252
Ajustes		
Encargos de empréstimos e financiamentos	284	5.768
Variação cambial não realizada sobre empréstimos	-	1.138
Variação cambial sobre produto importado	(11)	(1.499)
Juros provisionados e não pagos	813	1.878
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.264	6.587
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa	(4.319)	(4.304)
Recuperação de crédito tributário	(28.340)	-
Provisões para contingências	(8.278)	(16.149)
Atualização de Débitos Tributários (s/ Efeito de caixa)	6.489	3.806
Depreciação e amortização	7.731	6.735
Valor residual de imobilizado baixado	26	11
Lucro ajustado	(31.915)	30.223
Aumento /diminuição líquido das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(3)	15.131
Estoques	84.388	(3.778)
Adiantamentos	(1.554)	1.808
Créditos tributários	(41.976)	(60.596)
Outros créditos	(521)	626
Fornecedores	(56.337)	124.815
Adiantamento de clientes	2.691	1.599
Obrigações com pessoal e encargos sociais	31	328
Imposto de renda e contribuição social	(568)	1.297
Outros impostos e contribuições	(3.793)	897
Parcelamento de débitos tributários	(1.572)	(6.534)
Demais a pagar	(738)	(15.721)
Outros ativos líquidos	844	(1.797)
	(19.108)	58.075
(=) Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(51.024)	88.298
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Operações com partes relacionadas	195.435	(195.950)
Aplicações financeiras garantias de empréstimos	8.123	(8.123)
Aquisição de imobilizado	(22.134)	(37.868)
Aquisição de intangível	(3.433)	(6.302)
(=) Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	177.991	(248.243)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	77.193	368.537
Pagamentos de arrendamentos	(1.881)	(1.648)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(212.583)	(201.003)
Operações com partes relacionadas e dividendos	7.637	(3.507)
(=) Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades financiamentos	(129.633)	162.379
(=) Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.666)	2.434
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.373	939
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	707	3.373
(=) Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(2.666)	2.434

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



TDC DISTRIBUIDORA DE
COMBUSTÍVEIS
CNPJ: 01.241.994/0003-62

[Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020]



1. Informações gerais

A TDC Distribuidora de Combustíveis S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do Grupo TT Work, com sede em Recife/PE, que tem por objeto social:

- A exploração comercial da atividade distribuidora de combustíveis e lubrificantes, especificamente a distribuição, comércio atacadista e o transporte de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol carburante anidro e hidratado e outros combustíveis, de lubrificantes, graxas, derivados de petróleo, bem como a sua comercialização, armazenamento, mistura, aditivação, transporte, controle de qualidade, a sua importação e exportação, tudo em conformidade com as normas e padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo (ANP);
- O arrendamento, a locação e cessão de espaço em tanques ou a prestação de serviços de armazenagem, ou ainda o uso de imóveis e parques de tancagem e bases de armazenamento de combustíveis, e também as atividades de transporte de cargas em geral, a exploração comercial, importação e exportação de peças para veículos automotores, beneficiamento e retalhamento de óleo mineral antiferruginoso, e dos derivados de petróleo, como óleo, graxa e demais lubrificantes, e o envasilhamento de querosene e etanol.

A Companhia atua preponderantemente nos mercados das Regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil; operando um terminal próprio de granéis líquidos em São Francisco do Conde, na Bahia, e através de terminais de terceiros e em condomínios situados nos estados da Bahia (Jequié e Itabuna), Goiás (Senador Canedo), Maranhão (no porto de Itaqui), Paraíba (Cabedelo), Pernambuco (Suape e Recife), Piauí (Teresina), Distrito Federal (Brasília) Espírito Santo (Vila Velha) Minas Gerais (Betim, Uberaba e Uberlândia) e Porto Nacional (Tocantins).

Sua atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a permissão para funcionamento não possui prazo de validade. A exigência é estar regularizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o qual possui atualizações de certidões de débitos de tributos e contribuições federais e previdenciárias. A Companhia opera com os seguintes produtos e tributações:

Produto	Tributação
Gasolina e diesel	<p>PIS e COFINS são tributados sob o regime monofásico, com a incidência concentrada pelo produtor (refinaria) ou importador. Desta forma não há tributação no restante da cadeia produtiva, independentemente do tipo de operação.</p> <p>Em relação ao ICMS e ICMS-ST, a refinaria assume a condição de sujeito passivo por substituição tributária, até a última cadeia, assegurado o seu recolhimento à unidade federada onde estiver localizado o destinatário.</p>





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Produto	Tributação
Etanol hidratado	<p>O PIS e COFINS do etanol hidratado até junho de 2017 tinha a incidência não cumulativa de R\$ 0,00 (zero real) fixo por M³ (metro cúbico), pela opção do RECOB - Regime Especial de Apuração e Pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS sobre Combustíveis, ficando o posto revendedor sujeito à alíquota zero.</p> <p>A partir de julho de 2017, o PIS/COFINS, nas operações de venda apresentam a incidência cumulativa de R\$ 19,81 (dezenove reais e oitenta e um centavos) fixo por M³ (Metro cúbico) e R\$ 91,10 (Noventa e um reais e dez centavos) fixo por M³ (Metro cúbico) respectivamente.</p> <p>Em relação ao ICMS, mais especificamente ao próprio, há o destaque normal na operação. Já quanto ao ICMS-ST, em regra geral é retido pela Distribuidora em relação aos Postos de Combustíveis até a última cadeia nas operações de saídas, exceto nos Estados da BA e MA, onde o ICMS-ST é totalmente pago pela entrada até a última cadeia, ficando livre de cobrança nas operações internas.</p>
Biodiesel (B100)	<p>O PIS/COFINS está sujeito ao regime de tributação monofásica, com a incidência concentrada pelo produtor (refinaria) ou importador.</p> <p>Quanto a incidência do ICMS, há o Diferimento do lançamento nas operações internas ou interestaduais quando destinados à distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída do óleo diesel, resultante da mistura com o B100, promovida pela distribuidora.</p> <p>O imposto diferido é pago de uma só vez, juntamente com o imposto retido por substituição tributária nas operações de saída da refinaria.</p>
Etanol anidro	<p>O PIS e COFINS do etanol anidro para revenda até junho de 2017 tinha a incidência não cumulativa de R\$ 0,00 (zero real) fixo por M³ (metro cúbico), pela opção do RECOB - Regime Especial de Apuração e Pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS sobre Combustíveis, ficando o posto revendedor sujeito à alíquota zero.</p> <p>A partir de julho de 2017, o PIS/COFINS do etanol anidro para revenda, é normal com carga tributária igual ao do etanol hidratado. Já na saída do anidro misturado à gasolina têm-se a alíquota zero.</p> <p>Quanto a incidência do ICMS, há o diferimento do lançamento nas operações internas ou interestaduais quando destinados à distribuidora de combustíveis, para o momento em que ocorrer a saída da gasolina resultante da mistura com anidro, promovida pela distribuidora.</p> <p>O imposto diferido é pago de uma só vez, juntamente com o imposto retido por substituição tributária nas operações de saída da refinaria.</p>

1.1. Impactos causados pela COVID-19 nas demonstrações contábeis

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Diante da decretação pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 do estado de pandemia referente ao COVID-19, o Grupo TTWork acionou seu Comitê de Crise interagindo com os comitês de crise da indústria, órgãos reguladores e governo, monitorando a disseminação da doença e os possíveis impactos nas operações do Grupo.





Apesar de todos os importantes avanços na agenda de valor do Grupo, o primeiro semestre impôs também grandes desafios à condução dos negócios e operações, em função do contexto trazido pela pandemia da COVID-19. Neste contexto desafiador, o Grupo norteou todas as ações pelos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade, reconhecendo o caráter essencial das atividades para a sociedade e, também, por ser uma parte central em um ecossistema que integra produtores, transportadores, prestadores de serviços, revendedores e consumidores.

Foi constituído imediatamente uma sala de crise e adotadas medidas mitigadoras buscando a estabilidade de nossas operações, a normalidade no atendimento aos clientes e a preservação da saúde e bem-estar de colaboradores diretos e indiretos. No momento, parcela expressiva de nossos colaboradores atuam em rotina de trabalho remoto (home office). Um plano gradual de retorno está sendo avaliado, sempre observando nossos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade.

Para garantir uma operação segura nas bases, foram adotados cuidados adicionais, como uso de máscaras, medição de temperatura, medidas de distanciamento, controles de acesso, entre outras ações. Reforçado as medidas de higiene e limpeza das instalações e também junto a transportadores e fornecedores. O Grupo passou a monitorar e oferecer todo suporte às pessoas com quadro indicativo da doença; restringir fortemente viagens nacionais e cancelamos viagens internacionais; disponibilizados máscaras e álcool em gel para utilização pelos profissionais envolvidos com o atendimento aos consumidores; disponibilizamos serviços de atendimento médico e psicológico remoto e extensível a nossos clientes; enfim, o Grupo se adaptou rapidamente a uma nova realidade de negócios e operações e continuamos atentos a novas necessidades que se apresentem adiante como decorrência deste momento ímpar para a humanidade.

Dentro dos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade, buscamos contribuir com diversos segmentos da sociedade nas ações de combate à COVID19 e suas consequências.

1.2. Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio

Instituída pela lei nº 13.576/17, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal objetivo da RenovaBio é a contribuição com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis.



O principal instrumento da RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e participação na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão certificar o cumprimento de suas metas individuais por meio da compra e aposentadoria (manutenção até o vencimento) de crédito de descarbonização (CBio), ativo financeiro que será emitido pelos escrituradores (instituição financeira contratada) em ambiente da bolsa de valores oficial do Brasil (B3).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu e aposentou aproximadamente 228.915 CBio's, cumprindo assim o montante estabelecido em despacho da Agência Nacional do Petróleo, gás natural e biocombustíveis (ANP) nº 797 de 24 de setembro de 2020, que retifica e publica as metas individuais compulsórias por distribuidor de combustível.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), como também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 12 de março de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.





3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos em aplicações financeiras que foram dadas em garantia a empréstimos e financiamentos.

3.2. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.



b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.



Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.3. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.



3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.5. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e estão apresentados em contas de ativo, exceto quando existirem claras evidências de impossibilidade no resgate destes depósitos. Para tais casos, os depósitos judiciais são reconhecidos como contas redutoras da provisão com contingências passivas.

3.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.



Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25
Instalações e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Computadores e periféricos	5
Bombas de combustíveis	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5
Arrendamento - Edificações	10
Arrendamento - Veículos	2

3.8. Ativos intangíveis

a) Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas e amortizadas conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 11 e os gastos associados à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

b) Cessão de uso

Contrato de cessão de uso entre a Valec - Engenharia, construção e Ferrovias S.A. e a Companhia, que tem como objeto a área situada no lote nº 10 do pátio de integração intermodal do Porto Nacional/TO, através de contrato assinado em 01/01/2017 e publicado no diário oficial em 03/02/2017. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas taxas demonstradas na nota explicativa nº 11.

c) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável.



Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos

Os valores contábeis líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.10. Arrendamentos mercantis

Com a adoção ao IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer os efeitos de depreciação dos bens de uso dos ativos arrendados e a despesa financeira oriunda dos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Para fins de apresentação, a companhia mensura o ativo inicialmente pelo custo, o ativo subjacente é subsequente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil.



O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados utilizando a taxa de juros implícita do arrendamento ou, caso essa taxa não possa ser imediatamente determinada, com base na taxa de incremental sobre empréstimos da Companhia na data da aplicação inicial.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

No encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório não distribuído no curso do exercício e caso existam dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório, estes serão registrados como "Reserva de Lucros a Realizar" no patrimônio líquido da Companhia.

3.13. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia.



Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.

3.14. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

3.15. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a) Venda de produtos:

A Companhia atua na compra, venda e distribuição de combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo, etanol carburante anidro e hidratado, graxas e outros derivados de petróleo.

A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Venda de serviços:

A Companhia presta serviços de transporte de combustível, armazenamento, locação e cessão de espaços em tanques de combustível e a prestação de serviço de tancagem e bases de armazenamento de combustíveis.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

3.16. Apuração do resultado

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos. A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.



As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de sua realização.

3.17. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de diretrizes da Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada periodicamente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela diretoria financeira Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia.

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez.

O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

i. Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

ii. Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos e contas a pagar, denominados em dólar, nos montantes de R\$ 14.308.

Para proteção ao risco de variação cambial a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos. As operações de contrato a termo (NDF) tiveram início na Companhia durante o quarto trimestre de 2019, com o objetivo de amenizar os impactos das variações do dólar perante o real, e o efeito destas, nos nossos passivos decorrentes da importação de combustíveis e empréstimos em moeda estrangeira. No ano de 2020, por decisão estratégica as operações passaram a ser também realizadas na empresa parte relacionada Atlantimport Comercial.

Contrato a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Vencimento
	USD (Milhões)		R\$ (Milhões)		
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019	
Posição comprada	-	8.000	-	870	4T19
Posição comprada	-	5.000	874	(389)	1T20
Posição vendida	(2.160)	-	409	-	3T20

iii. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.



c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 5).

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Natureza	31 de dezembro de 2020				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	93.599	100	67.079	-	160.778
Fornecedores	106.353	1.347	1.683	5.723	115.106
	<u>199.952</u>	<u>1.447</u>	<u>68.762</u>	<u>5.723</u>	<u>275.884</u>

e) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	160.778	255.996
Instrumentos financeiros derivativos	-	(389)
Caixa e equivalentes de caixa	(707)	(3.373)
Títulos e valores mobiliários	-	(8.123)
Dívida líquida	160.072	244.111
Patrimônio líquido	43.132	52.711
Índice de alavancagem financeira	371%	463%

f) Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;



- Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio (“swap” e “forwards”) é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 13.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Companhia possui garantia real hipotecária ou fiduciária para um restrito grupo de clientes.

3.18. Pronunciamentos novos ou revisados com aplicação após 1º de janeiro de 2020

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

As seguintes normas alteradas e interpretação não deverão ter impacto significativo nas demonstrações:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas empresas IFRS/ CPCs;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (ementas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- CPC 11/IFRS 17, contratos de seguros.

4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários a vista	331	2.840
Aplicações financeiras (a)	<u>376</u>	<u>533</u>
	707	3.373
Títulos e valores mobiliários		
Garantias de empréstimos (b)	-	8.123
	-	8.123
	<u>707</u>	<u>11.496</u>

- (a) As aplicações financeiras são de curto prazo, com alta liquidez, sujeitas a um risco insignificante, que são prontamente conversíveis em caixa. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.
- (b) As aplicações financeiras dadas em garantias nos contratos de financiamento na modalidade FINIMP são de curto prazo e os respectivos vencimentos estão atrelados aos contratos divulgados na nota explicativa nº 13 de Empréstimos e Financiamentos.

5. Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a receber com partes relacionadas (a)	3.566	4.677
Contas a receber com clientes	83.898	83.030
(-) Juros a apropriar (b)	(831)	(1.078)
(-) PECLD	<u>(2.739)</u>	<u>(3.794)</u>
	<u>83.894</u>	<u>82.836</u>

- (a) Refere-se em sua maioria, as vendas de mercadorias realizadas para a empresa 247 Comercio Ltda, posto de combustível, parte relacionada da TDC Distribuidora.
- (b) Refere-se aos juros incidentes sobre renegociação de títulos vencidos. Quando os títulos são renegociados, os juros são contabilizados a crédito nessa conta e débito na conta de clientes e apropriados ao resultado como receita financeira, pro rata temporis, ao longo do prazo da negociação.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	15.084	81.080
Vencidos até 30 dias	71.186	2.870
Vencidos de 31 a 60 dias	118	293
Vencidos de 61 a 90 dias	81	166
Vencidos de 91 a 120 dias	207	463





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Vencidos de 121 a 180 dias	126	368
Vencidos há mais de 180 dias	662	2.468
(-) PCLD	<u>(2.739)</u>	<u>(3.794)</u>
	84.726	83.914
(-) Juros a apropriar	<u>(831)</u>	<u>(1.078)</u>
Total	<u><u>83.894</u></u>	<u><u>82.836</u></u>

Movimentação do saldo das Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa - PECLD:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(3.794)	(1.511)
(+) Adições à provisão (com efeito no resultado)	(3.264)	(6.587)
(-) Reversão à provisão (com efeito no resultado)	4.319	4.304
Saldo final	<u><u>(2.739)</u></u>	<u><u>(3.794)</u></u>

6. Estoques

Os saldos das contas de estoques, em 31 de dezembro de 2020, representavam o valor de produtos próprios adquiridos para revenda, desembaraçados de quaisquer ônus ou restrição para sua livre comercialização, e sua composição era a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Estoques próprios	82.511	142.138
Outros materiais	2	2
Mercadorias em poder de terceiros	382	214
Compra para entrega futura	7.962	12.698
Adiantamentos a fornecedores de mercadorias	18.127	38.320
	<u><u>108.984</u></u>	<u><u>193.372</u></u>

7. Adiantamentos

Em dezembro de 2020, o montante em adiantamento era de 10.160, sendo 18% deste saldo para a Ikso Industria, empresa fornecedora para automação do terminal de São Francisco do Conde. Abaixo estão demonstrados os principais fornecedores.

	31/12/2020	31/12/2019
Ikso Indústria e Comércio	1.788	1.502
Adt para custos de importação	789	-
Emerson Process Management Ltda.	-	1.105
BCI Brasil China Importadora S.A	720	748
Canex Bioenergia Ltda	703	703
Usina Santa Clotilde S.A	523	523
Petronac Distribuidora Nacional de Petróleo	498	-
Central Açucareira Usina Santa Maria	412	412
Itajubara S.A Açúcar e Álcool	387	387
Biosev S.A	378	378
Distribuidora de Combustíveis Masut	356	-
Biosev Bioenergia S.A	210	210
Brito e Ferraz Advogados Associados	200	200
Companhia Alcoolquímica Nacional	179	179
Ferrovias Norte Sul S.A	124	126
Outros Fornecedores (a)	2.893	3.237
	<u><u>10.160</u></u>	<u><u>8.606</u></u>





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- a) Os valores divulgados como outros referem-se a adiantamentos efetuados a vários fornecedores cuja representatividade não é relevante. De uma forma geral são adiantamentos para manutenções, contratações de serviços de terceiros entre outros.

8. Créditos tributários

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Impostos e contribuições a compensar</u>		
ICMS (a)	56.767	47.075
PIS e COFINS (b)	68.134	27.233
IRPJ e CSLL (c)	6.063	6.806
Outros tributos a compensar	351	288
	<u>131.315</u>	<u>81.402</u>
Ressarcimentos (d)	21.159	12.934
Outros créditos em contencioso (e)	19.321	7.143
	<u>171.795</u>	<u>94.336</u>
Circulante	68.659	94.336
Não circulante	103.136	7.143

- a) Corresponde aos créditos decorrentes da aquisição de Etanol Hidratado e seus respectivos fretes, com aumento significativo no Estado de Goiás, devido a alíquota de ICMS incidente na compra ser maior que a alíquota aplicada nas vendas para fora do estado.
- b) Corresponde aos créditos decorrentes da aquisição de Etanol Hidratado e seus respectivos fretes, coleta e distribuição. Assim como créditos de PIS e COFINS, referentes à aquisição de insumos. Em março foi reconhecido o processo nº 0816266-86.2017.4.05.8300, que foi favorável à Companhia, quanto a indevida majoração das alíquotas do PIS e da COFINS sobre combustíveis realizadas pelos Decretos nº 9.101/17 e nº 9.112/2017, no período de julho a dezembro de 2017 (também denominada de noventena). Em setembro de 2020 foi reconhecido os créditos de PIS/COFINS decorrentes de decisão judicial transitada em julgado, amparado em mandado de segurança de créditos pagos indevidamente mediante inclusão da Parcela de Preços Específicas - PPE na base de cálculo das contribuições. Em dezembro de 2020 foi reconhecido os créditos de PIS/COFINS decorrente da decisão favorável relativa ao ICMS na base de cálculo referente aos anos de 2018, 2019 e 2020.
- c) Correspondem à diferença entre o ICMS retido pela Petrobrás, na condição de contribuinte substituto, e o ICMS devido nas vendas feitas pela Companhia para clientes estabelecidos em outros Estados que não os da origem das bases que comercializaram o combustível. Esses valores são pagos pela Petrobrás.
- d) Referem-se aos créditos de ICMS a serem restituídos nas vendas realizadas para consumidor final. Em virtude de a base de cálculo efetiva da operação ter sido inferior ao valor da base de cálculo presumida.

Movimentação do saldo dos impostos e contribuições a compensar:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	81.402	32.375
(+) Adições de [PIS/COFINS/ICMS/IR/CSLL] (com efeito no resultado)	26.208	10.574
(+) Adições [PIS/COFINS/ICMS/IR/CSLL] (sem efeito no resultado)	18.920	31.184
(+) Adições [PIS/COFINS/ICMS/IR/CSLL] (Decisão Judicial)	4.785	7.269
Saldo final	<u>131.315</u>	<u>81.402</u>





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

9. Operação com Partes relacionadas

9.1. Mútuo com partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
TT Work participações S.A.	19.811	212.815	17.757	-
247 Comercio Ltda (a)	-	-	19.154	23.717
Petronac Distribuidora Nacional de Combustíveis Ltda.	8.805	11.555	-	-
Capital Administração e participação	138	138	4	-
Tecomb Terminal De Combustíveis S A	125	97	-	-
Setai Trading S A	44	20	-	-
Sócios pessoas físicas (b)	-	-	30.132	29.323
Outros	364	97	-	-
	<u>29.287</u>	<u>224.722</u>	<u>67.047</u>	<u>53.040</u>
Circulante	2.366	64.569	41.518	29.323
Não Circulante	26.921	160.153	25.529	23.717

- (a) Refere-se ao contrato firmado com a empresa 247 Comércio Ltda. referente ao ressarcimento com combustíveis de acordo com as especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.
- (b) Corresponde ao saldo de mútuo com os sócios pessoas físicas. Esse saldo é atualizado mensalmente utilizando o índice CDI. Conforme estipulado em contrato, após decisão dos acionistas, o valor foi pago no primeiro trimestre de 2020.

As operações mercantis obedecem aos preços e condições praticados com terceiros não relacionados e as transações de apoio financeiro a investimentos são suportadas por contratos de mútuo, com condições que resguardam a integridade patrimonial da Companhia.

9.2. Outras operações com partes relacionadas

No exercício de 2020 a Companhia manteve relações comerciais com a empresa coligada Atlantimport Comercial S/A. Conforme divulgado na nota explicativa nº 12, a Companhia apresenta o valor a pagar de fornecedores com Partes Relacionadas. Os custos e receitas estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	963.109
(-) Custo dos produtos vendidos	(990.321)
(=) Prejuízo	<u>(27.212)</u>

Além de operações de apoio financeiro, a Companhia mantém relações comerciais entre as partes relacionadas, conforme demonstrado no quadro a seguir:





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Adiantamento a Fornecedor	Fornecedor	Contas a receber
Atlantimport	-	52.063	-
Petrochina	-	17.972	-
BCI Importadora S A	720	1.856	-
BCI Comercializadora S/A	363	1.033	-
Europa Participações	30	377	-
Petronac Distribuidora	498	4	4
Transpectrum	9	3	20
247 Comércio	-	-	3.513
Capital Administração e Participação	-	-	27
	<u>1.620</u>	<u>73.308</u>	<u>3.566</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

10. Ativo imobilizado

	Edificações	Instalações e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Obras em andamento (a)	Bombas de combustíveis	Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)	Arrendamentos (c/d)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.929	5.570	939	6.463	863	7.726	945	2.305	-	33.741
Adoção inicial ao IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	-	9.851	9.851
Aquisições	776	408	221	75	421	35.756	51	160	-	37.868
Baixas	-	-	-	-	(3)	-	(8)	-	-	(11)
Depreciação	(855)	(892)	(137)	(928)	(325)	-	(348)	(471)	(1.184)	(5.142)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.850	5.086	1.023	5.610	956	43.482	640	1.994	8.667	76.307
Custo total	10.092	6.518	1.246	12.006	1.652	43.482	1.196	2.465	9.851	88.508
Depreciação acumulada	(1.242)	(1.432)	(223)	(6.396)	(696)	-	(556)	(471)	(1.184)	(12.201)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.850	5.086	1.023	5.610	956	43.482	640	1.994	8.667	76.307
Aquisições	-	77	78	512	690	20.355	341	-	81	22.134
Baixas	-	-	(3)	(6)	-	-	(16)	-	-	(26)
Depreciação	(905)	(920)	(128)	(988)	(408)	-	(306)	(500)	(1.379)	(5.536)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.945	4.243	970	5.127	1.238	63.836	659	1.493	7.368	92.880
Custo total	10.092	6.595	1.319	12.456	2.342	63.836	1.500	2.465	9.932	110.538
Depreciação acumulada	(2.148)	(2.352)	(349)	(7.329)	(1.104)	-	(842)	(972)	(2.563)	(17.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.945	4.243	970	5.127	1.238	63.836	659	1.493	7.368	92.880
Taxas anuais de depreciação - %	4	10	10	20	20	-	10	-	10	-

- (a) O imobilizado em andamento corresponde a melhorias e automação do terminal de armazenamento de combustíveis próprio localizado em São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. Além disso, em abril de 2018 foi iniciada a construção do terminal em Porto Nacional, no Estado do Tocantins. A expectativa é que o terminal inicie suas operações em fevereiro de 2021.
- (b) As benfeitorias em imóveis de terceiros correspondem a reformas da sede administrativa do Grupo TT Work que foram concluídas em 2019 e cuja depreciação foi iniciada em janeiro de 2019 e equivale ao tempo do contrato de aluguel.





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- (c) Corresponde ao contrato do terminal de São Francisco do Conde II com a empresa Europa Participações, com quantidade de parcelas de 120 meses. O contrato teve início em setembro de 2014.
- (d) Corresponde ao contrato para locação de veículos de frota leve com a empresa Acelero, com quantidade de parcelas de 30 meses. O contrato teve início em maio de 2019.

11. Intangível

	Software	Concessão de Uso (a)	Quotas e Participações	Direito de Exclusividade	Software em Desenvolvimento (c)	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2019	7.484	9.229	290	-	-	17.002
Adições	306	-	-	1.272	4.724	6.302
Amortização	(1.178)	(341)	(29)	(54)	-	(1.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>6.611</u>	<u>8.888</u>	<u>261</u>	<u>1.219</u>	<u>4.724</u>	<u>21.702</u>
Custo total	9.030	10.100	725	1.272	4.724	25.851
Amortização acumulada	(2.419)	(1.212)	(464)	(54)	-	(4.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>6.611</u>	<u>8.888</u>	<u>261</u>	<u>1.219</u>	<u>4.724</u>	<u>21.702</u>
Adições	45	-	-	1.067	2.321	3.433
Amortização	(1.225)	(341)	(29)	(600)	-	(2.195)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>5.431</u>	<u>8.547</u>	<u>232</u>	<u>1.686</u>	<u>7.044</u>	<u>22.941</u>
Custo total	9.076	10.100	725	2.340	7.044	29.284
Amortização acumulada	(3.644)	(1.553)	(493)	(654)	-	(6.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>5.431</u>	<u>8.547</u>	<u>232</u>	<u>1.686</u>	<u>7.044</u>	<u>22.941</u>
Taxas anuais de amortização (%)	20	20	-	20	-	

- (a) Corresponde ao contrato de concessão de uso entre a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., doravante denominada Concedente e a TDC Distribuidora de Combustíveis S/A, doravante denominada Concessionária a quem foi outorgado o direito de uso, mediante condições especiais de área situada no Lote nº 10 do pátio de integração intermodal de Porto Nacional/TO, através do contrato assinado em 01 de janeiro de 2017, e publicado no Diário Oficial da União Nº 23, de 03 de fevereiro de 2017.
- (b) Corresponde ao contrato de direito de utilização da marca dos postos embandeirados. A amortização equivale ao período contratual.
- (c) Em 2020 a Companhia passa por um processo de customização de software para atender a necessidades específicas de alguns setores após implementação do sistema integrado SAP.

12. Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 9)	73.308	126.689
Contas a pagar com fornecedores	33.045	35.604
	<u>106.353</u>	<u>162.293</u>
Não Circulante		
Fornecedores longo prazo (a)	8.753	9.090
	<u>115.106</u>	<u>171.383</u>

- (a) Corresponde ao saldo a pagar referente ao contrato de concessão de uso da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Os pagamentos foram parcelados até o ano de 2045 com pagamentos anuais de 337 mil.

Em 2020 houve um aumento no saldo de fornecedores que passou para o montante de R\$ 115.897 concentrando 45% do saldo na Atlantimport Comercial S/A, empresa parte relacionada do Grupo, onde mantém operações de compra e venda de produtos importados.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Atlantimport Comercial S/A	52.063	125.020
Principais fornecedores (a)	54.958	35.861
Outros fornecedores (b)	8.085	10.502
	<u>115.106</u>	<u>171.383</u>

- (a) Além da Atlantimport, existem alguns fornecedores, classificados como principais, que concentram 51% do saldo da conta de fornecedores da Companhia. São estes:

	<u>31/12/2020</u>	<u>%</u>
Petrochina International (America),	17.972	15,61%
Arapora Bioenergia S.A.	6.212	5,40%
Usina Caete S.A.	6.075	5,28%
Aster Petroleo Ltda	5.797	5,04%
CRV Industrial Ltda	5.166	4,49%
SJC Bioenergia Ltda	5.044	4,38%
Usina Santa Maria Ltda	3.284	2,85%
BCI Brasil China Importadora S.A.	2.958	2,57%
Energetica Serranopolis Ltda	2.450	2,13%
	<u>54.598</u>	<u>51,06</u>





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	R\$	CDI + 1,8% a.a.	07/03/2020	-	8.000
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	R\$	CDI + 1,9% a.a.	24/09/2024	91.468	97.105
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	R\$	CDI + 2% a.a.	11/04/2021	8.000	-
Banco Safra	Capital de giro	U\$	CDI + 3,811% a.a.	22/06/2020	-	10.000
Banco Safra	Capital de giro	R\$	7,314325 a.a.	21/06/2021	11.000	-
Banco ABC	Capital de giro	EUR	CDI + 2,330% a.a.	18/06/2020	-	14.920
Banco ABC	Capital de giro	R\$	CDI + 4,7% a.a.	17/07/2021	9.375	-
Banco Safra	Capital de giro	R\$	4,93647% a.a + VC	18/02/2021	14.010	-
Banco Safra	Capital de giro	R\$	4,907021% a.a.	23/10/2023	10.000	-
Banco do Brasil S/A	Finame	R\$	2,5 a 5,5% a.a.	15/09/2022	253	405
Banco Volvo S/A	Finame	R\$	3 a 4,0% a.a.	15/01/2021	27	349
Banco do Brasil S/A	FINIMP	R\$	3,2% a.a.	07/02/2020	-	8.046
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	18/02/2020	-	8.155
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	18/02/2020	-	8.156
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	19/02/2020	-	6.478
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	10/02/2020	-	12.517
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	10/02/2020	-	4.077
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	10/02/2020	-	16.308
Banco Safra	FINIMP	U\$	3,469% a.a.	09/03/2020	-	8.137
Banco Santander	FINIMP	U\$	4,15% a.a.	13/03/2020	-	8.144
Banco ABC	FINIMP	U\$	4,15% a.a.	16/03/2020	-	8.144
Banco ABC	FINIMP	U\$	4,15% a.a.	23/03/2020	-	8.145
Banco Santander	FINIMP	U\$	4,15% a.a.	20/03/2020	-	8.141
Banco Santander	FINIMP	U\$	3,21% a.a.	08/05/2020	-	20.769
Banco Santander S/A	COMPROR	R\$	9,64% a.a.	14/04/2020	-	23.699
Banco do Brasil S/A	COMPROR	R\$	10,03% a.a.	02/01/2020	-	16.188
Banco do Brasil S/A	COMPROR	R\$	0,55% a.a.	22/04/2021	16.645	-
					<u>160.778</u>	<u>295.883</u>
				Circulante	93.599	202.053
				Não circulante	67.179	93.831



Os vencimentos dos saldos de longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	26.612
2022	100	-
Após 2022	<u>67.079</u>	<u>67.219</u>
	<u>67.179</u>	<u>93.831</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u>121.443</u>
Ingressos	366.267
Ingressos Compror	2.270
Encargos	8.662
(-) Apropriação de tarifas (a)	(2.894)
Varição cambial	1.138
Amortização de juros	(7.804)
Amortização de principal	(193.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>295.884</u>
Ingressos	45.208
Ingressos Compror	31.985
Encargos	284
(-) Apropriação de tarifas (a)	612
Amortização de juros	(1.077)
Amortização de principal	(147.061)
Amortização de Varição cambial	(9.830)
Amortização Compror (b)	(55.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>160.778</u>

- (a) Corresponde ao saldo de apropriação de IOF e tarifa flat do empréstimo da modalidade capital de giro do Banco do Brasil, durante o vencimento do contrato do que vai até 2024;
- (b) Corresponde ao saldo de operações de financiamento de compras de combustível, pagos à vista pelo banco onde Companhia ganha prazo maior de pagamento ao banco.

14. Arrendamentos Mercantis

A Companhia é arrendatária em contratos de naturezas distintas, cujas operações são referentes a locação do Terminal de São Francisco do Conde, com quantidade de parcelas em 120 meses, sem atualização e de sua frota leve, com quantidade de parcelas de 30 meses e com atualização do IPCA. O passivo de arrendamento foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos, líquidos dos impostos recuperáveis e descontado da taxa incremental sobre os empréstimos que a Companhia realiza com terceiros. Os saldos das obrigações estão apresentados a seguir:





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2020	8.993	Saldo em 01 de janeiro de 2019	9.851
Adições		Adições	
Pagamentos	(1.881)	Pagamentos	(1.648)
Juros	742	Juros	790
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.854	Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.993
Circulante	1.130	Circulante	1.139
Não Circulante	6.724	Não Circulante	7.854
Vencimentos			
	2021	2022	2023 a diante
Principal	1.770	1.207	8.049
Juros	(640)	(563)	(1.969)
A pagar	1.130	644	6.080
	7.854		7.854

15. Adiantamento de clientes

Em dezembro de 2020, o montante em adiantamento era de R\$ 7.413, sendo 71% deste saldo de adiantamento concentrado em clientes diversos. Abaixo estão demonstrados os principais clientes que a Companhia detém saldo de adiantamento:

	31/12/2020	31/12/2019
Setta Combustíveis S.A	4.618	-
R T De Lima ME	148	33
Cana Verde Auto Posto Ltda	114	-
Torres Barbosa Comércio de Derivados	107	214
Comando Diesel Transporte e Logística	101	-
Posto Querubim Ltda EPP	90	-
Posto Esperança Ltda MP	90	-
Arruda Auto Posto Combustíveis Ltda	89	-
Posto Central De Minas Ltda	83	-
Real Maia Transportes Terrestres Eirelli	82	2
Outros	1.892	4.473
	7.413	4.722

16. Demais contas a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões	12.766	11.815
Outras Obrigações (a)	562	1.886
	13.328	13.701

- (a) Corresponde ao saldo de acordo judicial civil com a empresa Companhia de Empreendimentos São Paulo, onde durante o ano de 2020 foi realizado os pagamentos mensais com quitação efetuada em 27 de dezembro de 2020.





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

17. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Parcelamentos de impostos federais	17.133	10.299
Impostos sobre vendas e retenções a recolher	10.575	14.368
	<u>27.708</u>	<u>24.667</u>
Não circulante		
Parcelamentos de impostos federais	51.386	59.792
Provisões para contingências fiscais	30.767	32.617
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	1.319	1.256
	<u>83.472</u>	<u>93.665</u>
	<u>111.180</u>	<u>118.332</u>

17.1. Provisões para contingências

O saldo contábil de contingências fiscais corresponde a saldos de tributos estaduais e federais, que estão sendo contestados administrativa e judicialmente. A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas classificadas como prováveis, e que para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2020	31/12/2019
Não circulante		
Provisões para contingências fiscais	30.767	32.617
Provisões para contingências trabalhistas e cíveis	1.319	1.256
	<u>32.086</u>	<u>33.873</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020	<u>33.873</u>	<u>46.216</u>
Adições	7.248	6.130
Atualização Principal	3.182	1.856
Atualização Multa/Juros	3.309	1.950
Reversão	(15.526)	(19.964)
Baixa por liquidação	-	(2.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>32.086</u>	<u>33.873</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019		<u>46.216</u>
Adições		6.130
Atualização Principal		1.856
Atualização Multa/Juros		1.950
Reversão		(19.964)
Baixa por liquidação		(2.315)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>33.873</u>

17.1.1. Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	31/12/2020			31/12/2019		
	Processos Judiciais	Depósitos Judiciais	Processos Líquidos	Processos Judiciais	Depósitos Judiciais	Processos Líquidos
Causas						
Trabalhistas	1.304	652	-	1.256	377	879
Causas Federais	15.848	-	15.848	13.276	-	13.276
Causas Estaduais	14.920	1.576	13.344	19.341	1.576	17.765
Causas Cíveis	15	-	-	-	-	-
	<u>32.086</u>	<u>2.228</u>	<u>29.191</u>	<u>33.873</u>	<u>1.953</u>	<u>31.041</u>



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

17.1.2. Depósitos judiciais

	Trabalhista	Cível	Federal	Estadual	Total
Saldo inicial	377	717	299	2.272	3.665
Adição	667	-	14	-	681
Atualização (b)	4	12	-	29	44
Baixas (a)	(35)	-	-	-	(35)
	<u>1.013</u>	<u>728</u>	<u>314</u>	<u>2.301</u>	<u>4.356</u>

- a) Por pagamento de processos judiciais.
b) Inclui ajustes das estimativas de atualização de juros de depósitos levantados.

17.1.3. Processos não provisionados (perdas possíveis)

As causas judiciais com possibilidade de perdas possíveis, que não foram provisionadas, estão relacionadas a questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Para todos os casos há uma descrição e uma estimativa de seu efeito financeiro de acordo com CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme quadro abaixo:

Natureza	2020	2019
Fiscais	211.907	333.187
Cíveis-Gerais	7.511	48.241
Trabalhistas	2.761	1.388
Total	<u>222.178</u>	<u>382.816</u>

17.2. Parcelamentos de impostos federais

Com o advento da Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, a Administração da Companhia efetuou a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT") dos débitos com valor previsto de consolidação sem redução, conforme a seguir: PGFN Previdenciário (R\$ 59.278); RFB Previdenciário (R\$ 325) e RFB Demais Débito (R\$ 109.365). Os débitos incluídos no PERT atendem os requisitos necessários para adesão ao programa.

	2020	2019
Saldo em 01 de janeiro de	70.091	76.625
(+) Adesão - Parcelamentos Especiais a Recolher	8.135	570
(-) Pagamentos - Pagamentos PERT (Débitos Consolidados)	(9.707)	(7.104)
Saldo em 31 de dezembro de	<u>68.519</u>	<u>70.091</u>
Circulante	17.133	10.299
Não circulante	51.386	57.792





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

18. Patrimônio Líquido

18.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 28.000 mil. Este é dividido em 28.000 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado. Conforme demonstrado do quadro a seguir:

Acionistas	Participação total no capital social		
	Ações ordinárias	Participação (%)	Valor (R\$)
TT WORK Participações	28.000	100	28.000

▪ Reserva legal

Definido conforme estatuto social no total de 5% sobre o lucro líquido, após as adições de lucros acumulados no final do exercício. No período findo em 31 de dezembro de 2020, não houve constituição de reserva de legal, uma vez que a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

▪ Reserva de lucros

O saldo remanescente de lucros é transferido para reservas de lucro a realizar no final do exercício. No período findo de 31 de dezembro de 2020, parte da reserva de lucros foi absorvida pelo prejuízo do exercício.

19. Receita operacional líquida

A seguir apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2020	31/12/2019
Gasolina	2.831.283	3.315.400
Óleo diesel	2.157.479	2.389.885
Etanol hidratado	666.674	886.485
Etanol anidro	27.586	12.867
Biodiesel	482	3.593
Receita Bruta	5.683.504	6.608.230





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Composição da receita bruta de venda de combustível:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de vendas/serviços		
Receita bruta de venda de combustíveis	5.683.504	6.608.230
Serviços de armazenagem	6.246	10.050
	<u>5.689.750</u>	<u>6.618.280</u>
Deduções de vendas		
Tributos sobre receitas	(193.207)	(314.801)
Devolução de vendas	(17.355)	(21.519)
	<u>(210.562)</u>	<u>(336.320)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>5.479.188</u></u>	<u><u>6.281.960</u></u>

20. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
<u>Custo dos produtos vendidos</u>		
Custo das Mercadorias Vendidas	(5.394.559)	(6.138.702)
Custo dos serviços	(3.695)	(4.787)
Reconhecimento arrendamento mercantil	-	458
Depreciação arrendamento mercantil	(806)	(782)
<u>Gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(20.164)	(20.057)
Serviços Prestados por Terceiros	(13.482)	(10.727)
Impostos e taxas diversos	(629)	(7.864)
Gasto com fretes e armazenagens	(7.808)	(10.820)
Reconhecimento arrendamento mercantil	(2.852)	(4.403)
Provisão estimada de crédito para liquidação duvidosa	(3.264)	(6.587)
Perdas nos recebimentos de créditos	(2.513)	2.744
Multas contratuais	(2.567)	(5.952)
Contingências	(7.248)	(4.164)
Multas s/Processos Contingenciados	(3.309)	(634)
Processos	(436)	(4.621)
Créditos de Descarbonização - Cbios	(7.913)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(30.865)	(42.891)
Depreciação arrendamento mercantil	(573)	(402)
Depreciação e amortização	(6.352)	(5.562)
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros empréstimos e financiamentos	(7.909)	(11.576)
Juros Bancários	-	-
Juros s/ processos tributários	(3.182)	(3.172)
Juros s/ parcelamentos	(3.125)	(7.234)
Juros sobre Arrendamentos Mercantis	(759)	(790)
Variação monetária passiva	(2.020)	(4.356)
Perda sobre Instrumentos financeiros	(201)	(806)
Provisão sobre Instrumentos financeiros	-	(389)
Despesa bancária e outras despesas financeiras	(3.999)	(4.357)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicação financeira	1.408	1.465
Descontos e juros obtidos	2.670	3.919
Ganho sobre Instrumentos financeiros	1.286	1.676
Variação monetária ativa	3.913	22.959
<u>Variação cambial</u>		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(8.840)	(1.481)
Provisão de variação sobre empréstimos e financiamentos	-	342
Variação cambial sobre importação	(5.444)	(9.275)
Provisão de variação cambial sobre importação	11	1.499
Outras variações cambiais	(35)	(7)
<u>Outras receitas/(despesas) operacionais</u>		
Recuperação de despesas	1.170	1.970
Reversão de contingência	15.526	29.835
Reversão perdas recebimento crédito	4.319	4.303
Recuperação de crédito tributário	28.340	9.682
Armazenagem	(6.006)	(2.192)
Outras receitas/despesas operacionais	3.150	(23.416)
	<u>(5.488.762)</u>	<u>(6.257.153)</u>

	31/12/2020	31/12/2019
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(5.399.060)	(6.143.813)
Gerais e administrativas	(103.050)	(115.976)
Depreciação e amortização	(6.925)	(5.964)
Despesas financeiras	(21.195)	(32.680)
Variações cambial líquida	(14.308)	(8.921)
Receitas financeiras	9.277	30.019
Outras receitas/(despesas) operacionais	46.499	20.182
	<u>(5.488.762)</u>	<u>(6.257.153)</u>

21. Imposto de Renda e Contribuição Social





Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9%, e o Imposto de Renda a 15%, mais adicional de 10% sobre o lucro tributável, ambos em atendimento às disposições fiscais em vigor.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(9.574)	24.807
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:		
(+) Adições	18.444	30.838
Brindes	58	150
Doações	-	-
Perdas nos recebimentos de créditos	3.264	6.934
Multas não dedutíveis	3.926	5.085
Contingências Cível/Tributária/Trabalhista	10.430	7.971
Provisões	766	-
Auto de infração	-	10.309
Outras adições	-	389
(-) Exclusões	(25.406)	(46.536)
Reversão perda no recebimento de crédito	(4.319)	(4.651)
Reversão de provisões	(777)	(324)
Reversão contingências Cível/Tributária/Trabalhista	(15.526)	(19.164)
Exclusão atualização Proc. PIS/COFINS - PPE	-	(22.397)
Outras exclusões	(4.784)	-
(=) Base de cálculo antes da compensação	(16.535)	9.109
(-) Compensação do Prejuízo Fiscal/Base Negativa (30%)	-	2.733
(=) Base de cálculo ajustada	(16.535)	6.376
Contribuição Social no exercício	-	574
(+) Imposto de Renda e Adicional	-	1.570
(-) Incentivo Fiscal - PAT	-	(38)
	-	2.106
Imposto de Renda no exercício	-	1.532

22. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve outros eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro 2020 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 12 de março de 2021.